

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



**Questão 26.:**

A Sociedade XM, Lda., apresenta, no ano N, na sua conta “7871 – *Alienações*”, um saldo credor de 82 000 euros, correspondente à alienação de uma viatura pesada de mercadorias, por 150 000 euros, que tinha sido adquirida no ano N-3, e para a qual se havia estimado uma vida útil de 5 anos, sendo as depreciações calculadas anualmente pelo método da linha reta. O coeficiente de correção monetária aplicável é de 1,03. A entidade não manifestou a intenção de reinvestir a totalidade ou parte do valor de realização. As correções a efetuar ao lucro tributável no ano N devem ser as seguintes:

- a) Deduzir a Mais Valia Contabilística no valor de 82 000 euros e acrescentar a Mais Valia Fiscal no valor de 79 960 euros.
- b) Deduzir a Mais Valia Contabilística no valor de 41 000 euros e acrescentar a Mais Valia Fiscal no valor de 79 960 euros.
- c) Deduzir a Mais Valia Fiscal no valor de 39 980 euros e acrescentar a Mais Valia Contabilística no valor de 82 000 euros.
- d) Deduzir a Mais Valia Contabilística no valor de 82 000 euros e acrescentar a Mais Valia Fiscal no valor de 39 980 euros.

**Questão 27.:**

A sociedade XM, Lda., é proprietária de um edifício que adquiriu e começou a utilizar em 2010 e cujo custo de aquisição foi de 280 000 euros, já excluído do valor do terreno. A sociedade atribuiu ao edifício uma vida útil de 50 anos e decidiu depreciá-lo segundo o método da linha reta. No início do ano de 2017, o edifício foi reavaliado livremente, implicando a atualização do valor de aquisição para 295 000 euros. O valor da depreciação anual aceite para efeitos fiscais ascende a:

- a) 5 600 euros.
- b) 5 900 euros.
- c) 5 720 euros.
- d) 5 780 euros.

**Questão 28.:**

James Smith, escultor, residente no Reino Unido até 2017, ano em que se reformou e decidiu vir viver para Portugal. Aqui chegado, solicitou o estatuto de residente não habitual, o qual lhe foi atribuído com efeitos reportados a 2017. James comprou uma casa no Alentejo e continuou a exercer a sua atividade de escultor. No ano de 2017, recebeu 5 000 euros da atividade de escultor e 70 000 euros de rendimentos de pensões tributadas no Reino Unido. Em sede de IRS:

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



- a) Os rendimentos resultantes da atividade de escultor e os rendimentos de pensões são tributados em Portugal nas categorias B e H, respetivamente, aplicando-se as regras e taxas gerais de IRS.
- b) Os rendimentos resultantes da atividade de escultura são tributados em Portugal na categoria B à taxa de 20% e os da categoria H às taxas gerais de IRS.
- c) Os rendimentos resultantes da atividade de escultura são tributados em Portugal na categoria B à taxa de 20% e os da categoria H estão isentos de IRS.
- d) Os rendimentos resultantes da atividade de escultura e os rendimentos de pensões não estão sujeitos a tributação em Portugal pois são tributados no Reino Unido.

**Questão 29.:**

O senhor Joaquim Silva, sujeito passivo de IRS, tem um apartamento, destinado a habitação, arrendado à senhora Maria Oliveira, também sujeito passivo de IRS, trabalhadora dependente, recebendo o Sr. Joaquim, durante o ano N, o valor de 8 000 euros a título de rendas. O valor global das rendas recebidas corresponde, para efeitos de IRS, a:

- a) Rendimentos prediais da categoria F, salvo opção pela sua tributação no âmbito da categoria E, sujeitos à taxa liberatória de 28%.
- b) Rendimentos prediais da categoria B, sujeitos a uma taxa especial de 28%.
- c) Rendimentos prediais da categoria F, tributados à taxa especial de 28%, sem possibilidade de englobamento.
- d) Rendimentos prediais da categoria F, sem prejuízo da possibilidade de opção pela sua tributação no âmbito da categoria B, tributados à taxa especial de 28%, com possibilidade de englobamento.

**Questão 30.:**

Uma clínica médica com sede em Aveiro, sujeito passivo de IVA, exclusivamente isento nos termos do art.º 9.º do respetivo Código e que não se encontra abrangida pelo regime de tributação das aquisições intracomunitárias de bens, irá adquirir, durante o presente ano, um equipamento médico a uma empresa alemã, aí registada para efeitos de IVA, constituindo a sua primeira aquisição de bens proveniente de um território da União Europeia. O preço do equipamento será de 35 000 euros, líquido de imposto.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



Aquela aquisição a efetuar pela clínica constituirá:

- a) Uma aquisição intracomunitária de bens não tributada em Portugal, porque o adquirente é um sujeito passivo isento de IVA e, como tal, beneficia do regime de derrogação da sujeição do IVA nas aquisições intracomunitárias de bens.
- b) Uma aquisição intracomunitária de bens, tributada em Portugal, sendo responsável pela liquidação do IVA o fornecedor alemão, uma vez que o adquirente é um sujeito passivo isento, devendo, para tal, o referido fornecedor registar-se em Portugal para efeitos de IVA.
- c) Uma aquisição intracomunitária de bens tributada em Portugal, sendo a clínica responsável pela liquidação do imposto, uma vez que o valor da aquisição excede 10 000 euros, devendo proceder à entrega da respetiva declaração de alterações, antes de efetuar a referida aquisição, não conferindo o IVA liquidado direito à dedução.
- d) Uma aquisição intracomunitária de bens tributada em Portugal, sendo a clínica responsável pela liquidação do imposto e, simultaneamente, pela sua dedução, uma vez que o valor da aquisição excede 10 000 euros, devendo proceder à entrega da respetiva declaração de alterações, após efetuar a referida aquisição.

**Questão 31.:**

A Calote, Lda., com sede na Guarda, é uma empresa enquadrada no regime normal do IVA, cuja insolvência foi decretada em 07.03.2018 e declarada de carácter limitado, tendo como principal credor a Fiado, S.A..

A Fiado, S.A., enquadrada no regime normal do IVA, com sede em Viseu, e que detém, desde a sua constituição, uma participação de 40% no capital social e dos direitos de voto da Calote, Lda., emitiu a esta uma fatura, no valor de 100 000 euros, acrescido de IVA à taxa de 23%, com data de vencimento reportada a 01.06.2016, tendo permanecido em mora na sua totalidade.

Tendo por referência a referida fatura, a regularização do IVA a seu favor, por parte da Fiado, S.A., poderá ocorrer:

- a) Por via da consideração do crédito como de cobrança duvidosa.
- b) Por via da consideração do crédito como incobrável.
- c) Na data de vencimento da fatura, desde que comunicado à Calote, Lda., a anulação total ou parcial do imposto, para efeitos da retificação da dedução inicialmente efetuada.
- d) O crédito em causa não pode ser considerado incobrável nem de cobrança duvidosa, inviabilizando a respetiva regularização.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



**Questão 32.:**

Dos factos a seguir indicados, envolvendo bens imóveis situados em território nacional, não está sujeito a Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) o seguinte:

- a) A aquisição onerosa de quota, nas sociedades por quotas, quando tais sociedades possuam bens imóveis, e quando por aquela aquisição, por amortização ou quaisquer outros factos, algum dos sócios fique a dispor de, pelo menos, 75% do capital social.
- b) Outorga de procuração que confira poderes de alienação de bem imóvel em que, por renúncia ao direito de revogação ou cláusula semelhante, o representado deixe de poder revogar a procuração.
- c) As entradas dos sócios com bens imóveis para a realização do capital das sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial.
- d) A transmissão gratuita do direito de propriedade ou figuras parcelares desse direito sobre bens imóveis, incluindo a aquisição por usucapião.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



### QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

#### Questão 33.:

No método de Custeio Baseado nas Atividades (ABC), os fatores utilizados para calcular a forma e a intensidade com que os objetos de custeio absorvem atividades, são designados de:

- a) Critérios e bases de imputação.
- b) Critérios e bases de imputação, custeio ou de obra.
- c) Direcionadores/indutores de custos (*cost driver*) de recursos.
- d) Direcionadores/indutores de custos (*cost driver*) de atividades.

#### Questão 34.:

Se numa determinada empresa forem obtidos produtos defeituosos anormais/acidentais e se os mesmos forem vendidos, deve-se considerar, para efeitos da sua valorização, o critério:

- a) Do Lucro Nulo.
- b) Do Custo Nulo.
- c) Das Vendas no Ponto de Separação.
- d) Nenhum dos anteriores.

#### Questão 35.:

Uma determinada empresa fabrica, em regime de produção conjunta, os produtos principais A e B e o subproduto C. Na primeira fase de fabrico, ao transformar a matéria-prima X, obtém-se o produto acabado A, um semiproduto (que vai para a fase seguinte) e o subproduto C (valorizado pelo critério do lucro nulo). Na segunda fase de fabrico é adicionada a matéria-prima y, obtendo-se o produto acabado B. A empresa produziu 2 000 unidades do produto A, 1 000 unidades do produto B e 500 unidades do subproduto C, tendo vendido 1 800 unidades do produto A a 15 euros cada unidade, 900 unidades do produto B a 100 euros cada unidade e 450 unidades do subproduto C a 5 euros cada unidade. Os gastos de conversão da primeira fase ascenderam a 72 250 euros e da segunda fase a 18 500 euros. O consumo da matéria-prima y foi de 10 000 euros. Relativamente à matéria-prima X, a informação é a seguinte (em euros):

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



Existência inicial	5 000
Compras	15 000
Despesas de compra	250
Devolução de compras	750
Descontos comerciais sobre compras	500
Existência final	2 000

Sabendo que a empresa suportou custos de embalagem (de natureza industrial) no valor de 1 000 euros para o produto A, 500 euros para o produto B e 250 euros para o subproduto C, e que os custos conjuntos são repartidos pelos produtos principais em função do valor de venda no ponto de separação, o custo de produção do produto B foi de:

- a) 26 230 euros.
- b) 25 230 euros.
- c) 90 770 euros.
- d) 61 770 euros.

**Questão 36.:**

Determinada empresa dedica-se à produção de calçado e adota o Sistema de Custeio Total Completo, para efeitos de apuramento dos custos de produção, e a fórmula de custeio FIFO. Num determinado período, a empresa apresentou a seguinte informação relativamente aos seus Inventários:

<b>Inventários</b>	<b>Produtos em curso ou em vias de fabrico</b>	<b>Produtos Acabados</b>
Inicial	2 500 euros	500 unidades a 10 euros cada
Final	1 500 euros	?

A empresa produziu 7 000 unidades, tendo vendido 5 500 unidades. Sabendo que o consumo de matérias-primas e matérias subsidiárias foi de 25 000 euros e de 10 000 euros, respetivamente, e que a empresa teve ainda que suportar, naquele período, gastos com pessoal no valor de 37 000 euros (18 000 euros com salários e encargos do pessoal fabril; 6 000 euros com salários e encargos do pessoal de escritório e administração; 9 000 euros com salários e encargos dos encarregados fabris; e 4 000 euros com salários e comissões dos vendedores), gastos de financiamento no valor de 5 000 euros e outros gastos gerais de fabrico no valor de 17 500 euros, o custo industrial dos produtos vendidos foi de:

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



- a) 62 500 euros.
- b) 80 500 euros.
- c) 79 500 euros.
- d) 63 500 euros.

**Questão 37.:**

Uma empresa produz e comercializa três modelos de camisas de alta qualidade: Camisas X, Camisas Y e Camisas Z, cuja produção no último trimestre foi de 9 000, 7 200 e 1 800 unidades, respetivamente.

Após análise da Contabilidade Analítica da empresa, sintetizaram-se os seguintes elementos:

Secções	Gastos de Conversão (em euros)	Nº de empregados
Serviços Comuns	8 000	1
Corte	9 000	6
Costura	24 000	12
Acabamento	25 000	12

Sabe-se ainda que:

- Os gastos da secção de Serviços Comuns devem ser os primeiros a serem distribuídos pelas restantes secções, considerando para tal a base de imputação o número de empregados;
- De seguida, devem ser distribuídos os gastos da secção de Corte, dos quais 70% são atribuídos à secção de Costura e os restantes à secção de Acabamento;
- Por último, distribui-se os gastos das secções de Costura e de Acabamento aos produtos proporcionalmente às quantidades produzidas.

O gasto de conversão das Camisas X e das Camisas Y foi, respetivamente, de:

- a) 32 250 euros e 23 400 euros.
- b) 32 250 euros e 24 400 euros.
- c) 33 000 euros e 26 400 euros.
- d) 33 000 euros e 26 600 euros.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



### QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕ 39 A 46, A SEGUIR AADAS, VERÁ SER EFETUADA COM BASE NO SNC

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA  
 COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:

#### Questão 38.:

Uma determinada entidade, cujo capital próprio ascende a 10 000 000 euros, tem um capital social representado por 5 milhões de ações com o valor nominal de 1 euro e decidiu, no ano N, adquirir 400 000 ações próprias por 1,6 euros/cada.

Ainda no mesmo ano N, foram alienadas 40% das ações próprias que haviam sido adquiridas, sendo a referida alienação efetuada por 2,2 euros/cada.

No final do ano N, o saldo que deverá constar na rubrica de Balanço intitulada de “Ações (quotas) próprias” ascenderá a:

- a) 240 000 euros (saldo devedor).
- b) 384 000 euros (saldo devedor).
- c) 288 000 euros (saldo credor).
- d) 48 000 euros (saldo devedor).

#### Questão 39.:

O balanço da sociedade AZARAGATO, S.A., reportado a 31 de dezembro de 2016, apresentava na rubrica “Provisões” um valor de 35 000 euros relativo a um processo judicial que lhe fora movido por um seu cliente. Este processo foi interposto em 2015, ano em que a AZARAGATO, S.A. reconheceu uma provisão por 25 000 euros. A constituição e o reforço da provisão foram sustentados pelo parecer do advogado mandatado pela empresa, que desde sempre indicou que era muito provável que a empresa viesse a ter de pagar uma indemnização. À semelhança do que ocorrera em 2016, também em 2017 surgiram novos factos desfavoráveis à AZARAGATO, S.A., imprevisíveis nos anos anteriores, tendo o advogado informado no final de 2017 que era muito provável que a empresa tivesse de pagar uma indemnização no valor de 50 000 euros.

Em face do descrito, em 2017 a AZARAGATO, S.A. deve ter debitado a conta:

- a) “293 – Processos judiciais em curso” por 25 000 euros.
- b) “293 – Processos judiciais em curso” por 15 000 euros.
- c) “673– Processos judiciais em curso” por 50 000 euros.
- d) “673– Processos judiciais em curso” por 15 000 euros.



<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



**Questão 40.:**

No âmbito do normativo nacional que prescreve a contabilização dos benefícios dos empregados, identifique a resposta verdadeira:

- a) Os benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, habitação, automóvel e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes não são considerados benefícios a curto prazo dos empregados.
- b) Os benefícios pós-emprego incluem os benefícios de reforma, tais como pensões, e também os benefícios não monetários relativos aos empregados correntes.
- c) A participação nos lucros e bónus, pagáveis dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respetivo serviço, são considerados benefícios a curto prazo dos empregados.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 41.:**

No final do ano 2017, uma determinada entidade decidiu alterar a sua política contabilística relativa à mensuração dos ativos fixos tangíveis, passando a adotar o modelo de revalorização como política de mensuração subsequente dos seus equipamentos. Os referidos equipamentos foram adquiridos em março de 2016, tendo sido inicialmente reconhecidos por 180 000 euros e entrado em funcionamento no início de abril do mesmo ano. Foi estimada uma vida útil de 12 anos para aqueles equipamentos, não existe qualquer valor residual e as depreciações são reconhecidas numa base duodecimal.

Em 31 de dezembro de 2017, o justo valor dos equipamentos, com base num parecer de especialistas de reconhecido mérito, era de 165 000 euros. Em simultâneo, a Administração da entidade estimou o valor atual dos *cash flows* esperados resultantes do uso dos equipamentos, tendo obtido a quantia de 162 000 euros.

Tendo por base somente a informação referida, pretende-se saber qual das seguintes afirmações se encontra totalmente correta:

<p align="center"><b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)</p>	<p align="center"><b>27 outubro 2018</b></p>	<p align="center"><b>VERSÃO A</b></p>
--	--	---------------------------------------



- a) No ano de 2017 a entidade reconheceu um excedente de revalorização de 11 250 euros e a quantia escriturada do ativo apresentada no balanço foi de 153 750 euros.
- b) No ano de 2017 a entidade reconheceu um excedente de revalorização de 12 500 euros e a quantia escriturada do ativo apresentada no balanço foi de 165 000 euros.
- c) No ano de 2017 a entidade reconheceu um excedente de revalorização de 11 250 euros e a quantia escriturada do ativo apresentada no balanço foi de 165 000 euros.
- d) No ano de 2017 a entidade reconheceu uma reversão de um excedente de revalorização de 11 250 euros e a quantia escriturada do ativo apresentada no balanço foi de 165 000 euros.

**Questão 42.:**

No decurso do mês de novembro de 2017, uma determinada entidade prestou um serviço a um cliente sediado no Reino Unido, faturado por 20 000 GBP, ficando contratualizado que o recebimento ocorreria em março de 2018.

No entanto, a instabilidade dos mercados originou variações cambiais significativas, uma vez que a relação cambial na data da prestação do serviço era EUR/GBP = 0,89, em 31 de dezembro de 2017 era EUR/GBP = 0,93 e na data da cobrança era de EUR/GBP = 0,96.

A quantia a reconhecer na demonstração dos resultados de 2017, relativa às referidas variações cambiais, deverá ter sido reconhecida como:

- a) Um gasto de 966,53 euros.
- b) Um rendimento de 1 638,58 euros.
- c) Um rendimento de 966,53 euros.
- d) Um gasto de 1 638,58 euros.

**Questão 43.:**

Na demonstração dos fluxos de caixa de uma entidade, os dividendos recebidos resultantes de uma participação financeira detida pela entidade devem ser considerados:

- a) Sempre como Fluxos de caixa das atividades de financiamento – Recebimentos provenientes de dividendos.
- b) Sempre como Fluxos de caixa das atividades de investimento – Recebimentos provenientes de dividendos.
- c) Como Fluxos de caixa das atividades operacionais ou como Fluxos de caixa das atividades de investimento.
- d) Nunca podem ser considerados como Fluxo de caixa das atividades operacionais.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



**Questão 44.:**

Uma determinada sociedade optou, em 31 de dezembro de N, por reconhecer uma perda por imparidade no valor de 15 000 euros relativa a uma dívida comercial de um cliente cujo valor em dívida ascendia a 18 000 euros. Após a análise do mapa de antiguidade de saldos, verificou-se que a antiguidade da referida dívida era de quatro meses.

Relativamente ao efeito da opção tomada no reconhecimento de eventuais impostos diferidos, qual das seguintes opções de registo contabilístico é admissível, com referência a 31 de dezembro de N e considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento de 25% (derrama incluída):

- a) Débito da conta “8121 – Imposto estimado para o período” por 3 750 euros e crédito da conta “2742 – Passivos por impostos diferidos” por 3 750 euros.
- b) Débito da conta “8122 – Imposto diferido” por 3 750 euros e crédito da conta “2742 – Passivos por impostos diferidos” por 3 750 euros.
- c) Débito da conta “2742 – Passivos por impostos diferidos” por 3 750 euros e crédito da conta “8122 – Imposto diferido” por 3 750 euros.
- d) Débito da conta “2741 – Ativos por impostos diferidos” por 3.750€ e crédito da conta “8122 – Imposto diferido” por 3 750 euros.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



## QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

### Questão 45.:

António, Contabilista Certificado, exerce a sua atividade como trabalhador por conta de outrem de uma sociedade de contabilidade. No passado mês de fevereiro, ao preencher a declaração do IVA de um cliente, cometeu um erro de cálculo, que determinou um pagamento de imposto inferior ao previsto. A responsabilidade pelo erro cometido é:

- a) Da gerência da sociedade de contabilidade;
- b) Do Contabilista Certificado;
- c) Do diretor técnico da sociedade;
- d) Solidária entre a gerência da sociedade e o Contabilista Certificado.

### Questão 46.:

Joaquim e Maria, após a inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados, decidiram constituir uma sociedade de profissionais. Para tal, conseguiram o apoio de uma entidade financeira que irá financiar a instalação e desenvolvimento da atividade, mas em contrapartida, exige deter 51% do capital da sociedade e dos respetivos direitos de voto. Esta hipótese:

- a) É admissível, desde que o órgão de gestão integre pelo menos 51% de Contabilistas Certificados.
- b) Viola o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.
- c) É admissível, desde que o pacto social seja aprovado pelo conselho diretivo.
- d) As sociedades de profissionais são compostas exclusivamente por Contabilistas Certificados.

### Questão 47.:

Além dos Contabilistas Certificados, estão sujeitos ao poder disciplinar da Ordem:

- a) Os gerentes das sociedades de contabilidade não inscritos na Ordem.
- b) Todos os colaboradores de sociedades de contabilidade e sociedades de profissionais.
- c) Todos os sócios de sociedades de contabilidade.
- d) Todos os profissionais de outros países que aqui exerçam pontualmente a atividade de Contabilista Certificado.

<b>Exame de Avaliação Profissional</b> (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	<b>27 outubro 2018</b>	<b>VERSÃO A</b>
--	------------------------	-----------------



**Questão 48.:**

O diretor técnico de uma sociedade de contabilidade:

- a) Assume, por inerência, as funções de gerente da sociedade.
- b) Garante a regularidade técnica da contabilidade e obrigações fiscais de todos os clientes da sociedade.
- c) Pode ser sancionado disciplinarmente, caso não comunique o início de funções à Ordem.
- d) Não tem qualquer responsabilidade pelos erros e omissões praticados pelos Contabilistas Certificados que exerçam a sua atividade na sociedade de contabilidade.

**Questão 49.:**

A contabilista Helena Silva foi contratada para substituir um colega que faleceu. Ao consultar o Portal das Finanças verifica que não foi enviada a IES – Informação Empresarial Simplificada de 2017, apesar de as contas estarem encerradas e devidamente aprovadas pelos sócios. Nesta circunstância:

- a) A contabilista deve enviar a IES, identificando como Contabilista Certificado o colega falecido.
- b) A contabilista deve enviar a IES, salvaguardando, por escrito, que não assume qualquer responsabilidade por eventuais erros.
- c) Deve enviar a IES, após verificação da sua regularidade técnica.
- d) Deve ignorar esta omissão, porque apenas tem que garantir o cumprimento das obrigações fiscais que se vençam após o seu início de funções.

**Questão 50.:**

O contacto prévio com o colega anterior, sempre que um Contabilista Certificado vai assumir funções de uma entidade, é:

- a) Obrigatório em qualquer circunstância, por se tratar de um dever de urbanidade e lealdade entre colegas.
- b) Obrigatório quando existam honorários em dívida.
- c) Facultativo.
- d) Aconselhável quando existam dúvidas quanto aos documentos contabilísticos e demonstrações financeiras.